

Povos Indígenas no Brasil

Fonte

Jornal do Brasil

Class.:

04

Data

26.11.80

Pg.:

Mapeamento Amazônico

Embora leis e projetos — sobretudo neste país — não sejam garantia de transformação da realidade, é possível que a Amazônia esteja saindo do estágio de pura selva com o próximo envio ao Congresso, pelo Presidente João Figueiredo, do Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia (Prozam).

Essa entrada da Amazônia na História — o que é o mesmo que sair da pré-História — desperta estranhos temores no nosso inconsciente coletivo. Faz parte desse inconsciente, com maior ou menor intensidade, a noção de que o desembarque dos brancos neste país-continente foi uma espécie de violação. O nosso romantismo exaltou o selvagem em detrimento do branco. Mas quem é acometido por uma dor de dentes a meio caminho entré a cidade e o campo não corre nunca em direção à floresta, e sim à malsainhada civilização. O próprio inconsciente coletivo se transforma à medida que uma nação se estrutura — assim como o pensamento racional, no homem adulto, termina por afirmar-se em relação às fantasias infantis. Os norte-americanos olham com respeito para os seus *Founding Fathers*; mas não desejariam voltar, a não ser nos momentos em que a imaginação corre solta, ao período da conquista do Oeste.

O Brasil encontra-se nessa terra de ninguém que não é nem o atraso nem o verdadeiro desenvolvimento. E, neste momento, é preciso evitar com cuidado os acessos de pensamento regressivo.

Essa mentalidade, que se confunde sempre com o emocionalismo, costuma enfocar o problema da Amazônia sob formas esdrúxulas. O raciocínio mais extremado é o que se refere ao “pulmão do mundo” que, uma vez perturbado no seu sono vegetal, lançaria imediatamente a terra numa “crise de oxigênio” muito mais grave do que a do petróleo. A ser verdadeira essa hipótese, seria o caso de darmos início, imediatamente, à cobrança de *royalties* sobre esse fornecimento ininterrupto. As nações que acreditam de fato nessa tese deveriam ser convocadas a transformar em dinheiro sonante, a nosso crédito, o benefício que a Amazônia lhes proporciona. É pouco provável, entretanto, que a tese sobrevivesse à cobrança.

Uma outra versão é a de que a Amazônia deve permanecer intocada até uma era hipotética em que o mundo chegue de fato a necessitar de áreas virgens. Essa versão está sendo destruída diariamente pelos fatos. O suposto isolamento da Amazônia é que está estimulando a conquista predatória; e é impossível retirar recursos de outras áreas do país para manter o inviável e inútil policiamento de um deserto vegetal.

Contra essas versões, fala muito mais forte a voz da realidade: se a Amazônia se transformou numa grande questão nacional não é apenas — numa visão algo puritana — porque haja imensa cobiça em relação às suas riquezas; é porque soou, muito simplesmente, a hora em que ela passa a fazer parte

do país real; e assim sendo, esse país real passa a ser imediatamente responsável pelo que vier a acontecer com ela.

A Amazônia abandonada, como já ficou fartamente demonstrado, é sinônimo de desmatamento, de penetração arbitrária, de perseguição às tribos indígenas remanescentes. É assim de capital importância que o Governo estabeleça — como parece estar a ponto de fazer — um projeto racional que permita à região um ingresso não traumático nos “tempos históricos”.

Ainda uma vez, não é senão para aquele abafado e misterioso “inconsciente coletivo” que esse ingresso tem de ser necessariamente traumático. O cidadão comum simplesmente não tem ponto de referência para medir a Amazônia e os seus problemas — e é por isso que a Amazônia continua a ser mítica. A verdade é que há várias Amazonas; e a única maneira de abordá-las é estabelecer, tal como se encontra no Prozam, uma espécie de zoneamento: distingue-se ali entre floresta nacional, parque de caça, parque natural, reserva de fauna e monumento cultural.

Esses conceitos representam, naturalmente, simples aproximações a uma realidade plétórica. A verdade, como declarou um técnico, é que já se sabe o que não se deve fazer na Amazônia, mas quase nada a respeito do que se deve fazer. O que não implica que se esteja partindo da estaca zero. Experiências em Rondônia e no Pará ilustram expressivamente os perigos de uma rápida deterioração do solo pela transformação de florestas em pastagens. A exploração de novos territórios, no Prozam, está condicionada à possibilidade de regeneração e reposição da floresta utilizada, através da reserva intocada de metade da área.

Quais são as possibilidades de fiscalização desse princípio? A fiscalização é, fora de dúvida, a grande interrogação em tudo o que se refere à Amazônia. Ela se torna mais fácil, entretanto, se houver recursos oriundos da própria região; e é incomparavelmente mais fácil num sistema de exploração racional do que no sistema da “preservação mítica”. A exploração racional, numa área quase desabitada, pressupõe empresas de vulto e investimentos de peso; e nessas condições, cumpre-se muito mais as regras do jogo — e é muito mais fácil fiscalizar — do que num quadro de exploração anárquica e clandestina (a que existe hoje).

Um dos pontos de honra do projeto é a não modificação da atual situação das reservas florestais, reservas biológicas, parques nacionais, florestas nacionais e reservas indígenas. Garantias que terão de passar pelo crivo da verificação. Mas é difícil não qualificar esse projeto, em suas linhas gerais, como a primeira tentativa séria de abordagem do problema amazônico. Negá-lo frontalmente, como já foi dito, é regressar ao estágio do pensamento mítico.